



ADIMB

Agência para o Desenvolvimento e
Inovação do Setor Mineral Brasileiro

Clipping n° 14/2022

**O conteúdo das matérias é de inteira
responsabilidade
dos meios de origem.**

18 de maio de 2022

CURSOS ADIMB 2022



INSCRIÇÕES ABERTAS!
Confira os próximos #CursosADIMB

Acesse: adimb.org.br/cursos2022

ADIMB
Agência para o Desenvolvimento e Inovação do Setor Mineral Brasileiro

30/05 a 03/06
**MODERN TECHNIQUES IN APPLIED
STRUCTURAL GEOLOGY IN EXPLORATION**

06/06 a 10/06
**TIPOS E TÉCNICAS DE SONDAGENS
NA PESQUISA MINERAL**

The banner features a top section with silhouettes of people against a sunset over water. Below this, two course details are presented in a split layout. The left side shows a rocky hillside with workers in safety gear, and the right side shows a drilling rig in a field. The ADIMB logo is positioned in the bottom right of the top section.

INSCRIÇÕES EM: <http://adimb.org.br/cursos2022/>

Alcoa se reposiciona na mineração e produção de alumínio no Brasil

A multinacional americana Alcoa, há quase seis décadas de atuação na indústria do alumínio no Brasil, volta a se posicionar no país, com produção desde a mineração de bauxita até fabricação de alumina e do metal bruto. Globalmente, o alumínio ganhou nova dinâmica de mercado, com aplicações na eletrificação de veículos e em outras áreas, como energia e embalagens recicláveis.

A companhia opera em três sites no país - em Juruti (PA) extrai e processa o mineral bauxita; em São Luís, no consórcio Alumar, tem fábrica de alumina e de alumínio primário; em Poços de Caldas (MG), tem produção integrada de aluminas especiais e uma unidade de reciclagem de sucata de alumínio. A empresa detém ainda participações em quatro hidrelétricas. “É uma história de 57 anos que ganha novo impulso, dentro de mudanças de cenário do alumínio no mundo e aliado a novas aplicações e uso de energias renováveis, que passa a dar o tom da indústria no futuro”, disse ao Valor o presidente da Alcoa no Brasil, Otávio Carvalheira.

O executivo conhece bem a companhia, e o setor, em 34 anos de carreira, trabalhando em várias funções no Brasil e em outros países, como China. “Foram três anos em Xangai trabalhando na área de laminação de alumínio”. Voltou em 2008 e a partir de 2016 ele assumiu o comando da subsidiária brasileira. Foi quando o grupo Alcoa decidiu cindir no mundo as operações de produtos acabados, criando a Arconic.

Um ano e meio antes a companhia tinha decidido suspender, temporariamente - lá se foram quase sete anos - a produção de alumínio no Brasil devido à falta de competitividade no preço da energia. O insumo é o item de maior peso na metalurgia do metal. No país, até passou de 50%. Dentro de novas condições, de demandas do alumínio, alta dos preços e energia renovável a preço competitivos - em contratos de longo prazo, a partir de 2024 -, a empresa decidiu, neste ano, religar sua fundição no consórcio Alumar, no qual tem 60% de participação e é a operadora. A sócia é a australiana South32, com 40%, que tomou a mesma decisão.

Em conjunto, as duas empresas estão investindo R\$ 957 milhões (US\$ 186 milhões pelo valor atual da moeda americana). Somente da companhia serão aportados R\$ 520 milhões, diz o executivo. Em 2023, a Alcoa já prevê colocar no mercado 268 mil toneladas de metal primário, referente à totalidade de sua participação na Alumar [a capacidade total da fundição é de 447 mil]. O metal será, prioritariamente, destinado ao mercado local, que cresceu 11% em 2021. Os transformadores locais tiveram de importar volume alto.

De 2010 a 2015, foi paralisada a produção em seis fundições no país, segundo a Abal, entidade do setor. Apenas as de Alcoa e South32 estão sendo retomadas. Em 2008, foi o recorde: 1,66 milhão de toneladas. Recuou, aos poucos, até 685 mil toneladas em 2020.

“Agora, com o religamento da Alumar, o país volta a ser autossuficiente em metal primário”, destaca Carvalheira. Neste ano, o consórcio - a 25 km da capital maranhense e que iniciou operações em 1984 - prevê produzir de 120 a 130 mil toneladas com o religamento gradual de fornos.

A retomada, diz Carvalheira, levou à recontração de 416 funcionários para a fundição, totalizando 790 pessoas. Incluindo a refinaria, o total de empregos diretos na Alumar chega a 1.600. “A Alcoa voltou a fechar o ciclo e isso é fruto de uma combinação de fatores: visão de longo prazo, demanda local e mundial, suprimento de metal, questões ambientais, uso de energia renovável (eólica e solar) competitiva, metal associado a soluções de eletrificação”, diz o executivo. Os cenários, afirma, apontam para uma demanda global por alumínio consistente ao longo do ciclo. E, naturalmente, com preço do metal em patamar favorável frente à base de custo.

Outra frente de investimentos da subsidiária brasileira é na sua unidade de Poços de Caldas. No local, que a marca o início da empresa no Brasil, 57 anos atrás, a empresa teve fundição até 2015 - foi fechada para sempre devido ao elevado custo produtivo, em especial de energia, vis-a-vis o preço no mercado internacional. Atualmente, as operações abrangem mineração, refinaria, químicos, refusão e fábrica de pó de alumínio - um dos produtos gerados são alumina especiais, que são usadas em tratamento de água (sulfato de alumínio), no setor de refratários e abrasivos, entre outras aplicações. O volume anual atinge 180 mil toneladas por ano.

No momento, diz o executivo, a empresa está investindo mais de R\$ 300 milhões na instalação de uma nova tecnologia para o sistema de tratamento de resíduos (classificado como industrial) da unidade. No filtro-prensa, que inicia operação em junho, o rejeito originado na refinaria é transformado numa torta seca que será colocada em área própria pelo método de empilhamento a seco.

No mesmo site, está montada a unidade fabril de reciclagem, que funde o metal a partir de sucata recuperada em blend com alumínio primário. Daí resultam lingotes, tarugos e um produto tido como nobre - pó de alumínio. O volume obtido por ano é de 45 mil a 50 mil toneladas e vai para mercados interno e externo. A empresa ainda está presente em quatro hidrelétricas, como auto-produtor: Machadinho, Barra Grande, Estreito e Serra do Facão, que garantem geração firme de 488 MW.

Fonte: Valor Econômico

Data: 16/05/2022

ESTADÃO 

Extração bilionária de manganês ilegal leva a ‘jogo de empurra’ entre responsáveis

As imagens de centenas de caminhões e maquinário pesado agindo ilegalmente dentro de uma área de concessão mineral da Vale – áreas que a empresa nunca explorou – para retirar milhares de toneladas de manganês, trouxeram um questionamento adicional à tona: quem é, afinal de contas, o responsável por evitar o crime de proporções industriais como esse?

O Estadão ouviu representantes municipais, estaduais e federais ligados ao tema, além da própria Vale. Nem a empresa, nem o poder público e nem os órgãos envolvidos assumem o ônus pela atividade industrial e criminosa, e se eximem de responsabilidade de combater as ações ilegais e dar fim ao dano ambiental e à evasão de dívidas.

A rigor, o subsolo mineral é um bem da União, mas que, dada a complexidade de acesso e fiscalização de outros órgãos e esferas públicas, o controle deste deveria envolver uma série de gestores, cada qual responsável pela execução de seu dever na proteção do solo.

A prefeitura de Marabá (PA), onde se concentra boa parte da extração clandestina, foi questionada sobre as atividades ilegais que, há anos, dominam seu território minerário. Por meio de nota, a prefeitura, sob gestão do prefeito Tião Miranda (PSD), limitou-se a declarar que “a exploração mineral e a sua fiscalização cabe necessariamente aos órgãos de fiscalização Estadual e Federal, já que o subsolo de todo o território brasileiro se enquadra sob jurisdição dos entes acima descritos”.

O governo do Pará declarou, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Estado, que “o minério, ou qualquer outro recurso mineral encontrado no subsolo é um bem da União, portanto, a responsabilidade sobre a fiscalização da atividade ilegal de exploração do manganês é da União”.

A partir deste posicionamento, o governo de Helder Barbalho afirmou que “cabe, prioritariamente aos órgãos federais fiscalizar a extração ilegal do minério, não isentando o papel fiscalização ambiental comum a todos os entes federados”, conforme prevê Lei Complementar 140/2011, que disciplina a competência sobre questões ambientais entre os entes federativos, fixando normas para União, Estados, Distrito Federal e municípios.

A mineradora Vale, que detém os direitos minerários da região, procurou justificar que não é dona da terra, mas sim de títulos que lhe garantem a exploração mineral, embora a empresa detenha esses direitos há mais de 20 anos e nunca os tenha exercido, ou seja, ficou apenas com os papéis nas mãos, mas nunca fez nada na região. Hoje, com a área tomada pela extração ilegal, pretende vender esses direitos a outras empresas e, assim, escapar do imenso passivo ambiental que estas passaram a acumular.

Ao comentar as responsabilidades sobre as áreas, a Vale declarou à reportagem que “não é proprietária dessa área e sequer tem acesso ao local ou legitimidade para retirar eventuais invasores”. Por essa razão, a empresa justificou que “promoveu denúncias junto aos órgãos competentes, municiando-os das informações de que dispunha a fim de contribuir para a apuração e fechamento das atividades clandestinas”.

Já Agência Nacional de Mineração (ANM), órgão ligado ao Ministério de Minas e Energia responsável por conceder os títulos minerários e fiscalizar essas concessões, procurou se esquivar de sua responsabilização direta e declarou que “comunicou aos órgãos policiais e ao Ministério Público Federal sobre o fato”.

“Cabe, portanto, às forças policiais a realização de operações nesse sentido, o que tem ocorrido”, declarou a agência. Perguntada sobre os danos ambientais que se espalham por toda a região, a ANM afirmou que não tem nada a ver com isso. “Todas as questões atinentes à responsabilidade ambiental são de competência dos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente”, declarou.

Fonte: Estadão

Data: 16/05/2022

Estudo indica que mineradoras teriam deixado de pagar US\$ 5 bi em impostos

Estudo inédito do Instituto Justiça Fiscal (IJF), organização formada por economistas e auditores da Receita Federal, e coordenado pelo Observatório da Mineração, indica que mineradoras no Brasil teriam deixado de pagar US\$ 5 bilhões (R\$ 25,2 bilhões) de impostos em quatro anos, de 2017 a 2020. Os dados de pagamentos de impostos de empresas são sigilosos, então não há certeza se houve mesmo irregularidades e qual o seu tamanho. Mas os especialistas dizem que tudo indica que houve e afirmam que chegaram a essa conclusão e ao valor de US\$ 5 bilhões considerando os movimentos de exportação, a legislação e outros dados do setor de mineração. Os valores de exportações seriam subfaturados, o que geraria menos impostos a pagar. As empresas negam irregularidades.

"Caso esse subfaturamento não tenha sido adequadamente ajustado nas declarações tributárias feitas pelas empresas, isso representa uma evasão estimada de tributos da ordem de US\$ 5,073 bilhões no período 2017-2020, correspondente a US\$ 1,268 bilhões por ano", dizem os pesquisadores Guilherme Morlin e Isabela Callegari. Os dados foram atualizados em relação a um estudo publicado pelo IJF em 2017.

Exportações por valores abaixo do real

Segundo os pesquisadores, uma das supostas formas de pagar menos impostos é a declaração de preços de exportação abaixo do real. A manobra fiscal usaria paraísos fiscais, como a Suíça, para intermediar os negócios. A empresa embarcaria minério de ferro para China e Japão, os maiores consumidores do produto. A venda da carga destinada à Ásia seria feita com um preço abaixo do mercado para escritório que as próprias empresas têm em países como a Suíça.

O escritório suíço revenderia a mercadoria com o valor correto aos asiáticos. A carga nem chega à Suíça. Como declararia um valor menor, a empresa paga menos impostos no Brasil, de acordo com o IJF. Essa manobra é chamada de preço de transferência. Os pesquisadores do IJF destacam que mesmo leis aprovadas em 2012 (Lei 12.715) e em 2014 (12.973) não foram capazes de combater a prática de preços de transferência na exportação de commodities. Em tese, a nova legislação impediria que o eventual lucro conseguido por subsidiárias estrangeiras, via preços de transferência, passasse sem ser tributado no Brasil.

"Contudo, a sociedade não tem como verificar se tais ajustes tributários estão sendo de fato realizados, devido ao sigilo fiscal, e até onde pudemos apurar, os órgãos da Receita seguem enfrentando dificuldades com a prática de preços de transferência e a evasão fiscal das mineradoras, apesar da aprovação das novas leis", afirmam os pesquisadores.

Exportação exagerada para a Suíça

De acordo com dados obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI), no período de 2017 a 2020, a Suíça respondeu por 89% das aquisições de minério de ferro exportado pelo Brasil, entretanto 65,8% dessas aquisições foram, na prática, destinadas à China.

"Tais informações são incompatíveis com os relatórios das principais empresas exportadoras, que afirmam que a Suíça intermedeia operações com propósitos meramente logísticos e apenas para outros países europeus", afirma o estudo.

Subfaturar exportações ou superfaturar importações reduz o lucro tributável, o IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica), a CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) e, no caso da mineração, a CFEM, valor pago a estados, municípios e União como compensação pela exploração mineral. As empresas também podem optar por endividar subsidiárias e conseguir deduzir tributos por pagamento de juros a empresas do mesmo grupo em outros lugares, explicam os pesquisadores.

Estimativas do estudo

Como metodologia para o estudo, o IJF fez a estimativa das perdas tributárias associadas utilizando os preços de importação, no destino, do minério exportado, e a cotação internacional. Ambos os preços foram tomados como preços de referência e comparados com o preço de exportação praticado no Brasil.

Vale e Ibram negam irregularidades

A Vale, a Anglo American e a CSN Mineração, as três maiores produtoras de minério de ferro do Brasil e o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), organização que reúne as maiores mineradoras do Brasil e entidades de classe do setor, foram procurados para comentar o estudo.

Em nota, a Vale negou irregularidade e disse que não teria nenhuma vantagem com o suposto esquema:

"A Vale vai analisar o novo estudo do IJF, mas já é possível afirmar que as principais premissas deste estudo se mantêm em relação à versão anterior e, portanto, nosso posicionamento permanece válido: "A LCA Consultores, com a colaboração do Dr. Bernard Appy, analisou o estudo do IJF - Latinidad e concluiu, em seu Sumário Executivo, que a legislação brasileira de preço de transferência não possibilita a manipulação de preços nas vendas para controladas no exterior. O estudo salienta ainda que a legislação brasileira adota o regime de tributação em bases universais, de modo que o lucro auferido no exterior por controladas de empresas brasileiras é incorporado, no ano em que foi auferido (ou seja, pelo regime de competência), à base de cálculo do IRPJ e da CSLL da controladora brasileira.

"Os preços de transferência são estritamente regulados pela Instrução Normativa 1312/2012 da Receita Federal (com suas posteriores alterações), sem margem para transferência artificial de lucros para o exterior. Além disso, a controladora brasileira não teria nenhum ganho com qualquer eventual transferência de lucros para o exterior, pois caso o lucro auferido no exterior fosse menos tributado que no Brasil, a diferença entre a alíquota brasileira e a alíquota efetiva incidente no exterior seria tributada no Brasil.

"Ou seja, a empresa brasileira não teria qualquer vantagem econômica, uma vez que a legislação brasileira captura tais lucros via tributação das controladas no exterior. Em resumo, o Estudo da Latindadd se mostra inadequado tanto por desconsiderar as atuais regras de preços de transferência, quanto por não observar a existência de regras de tributação em bases universais."

O Ibram seguiu na mesma linha.

Veja a íntegra da nota: "Especialistas consultados pelo Ibram consideram que a legislação do Brasil relacionada ao tema preço de transferência veda eventual manipulação de preços na comercialização para organizações controladas em outras nações. E completam que uma empresa brasileira controladora de outras organizações no exterior não tem vantagem econômica, conforme exposto no parágrafo a seguir. "Justificam que a Instrução Normativa (IN) nº 1312, do ano de 2012, da Receita Federal do Brasil, regula os chamados preços de transferência e, segundo ela, não há espaço para haver uma transferência de caráter artificial de lucros para esses outros países. Ainda que houvesse algum lucro advindo de uma transferência para o exterior, a companhia controladora situada no Brasil seria tributada aqui, caso a tributação no exterior sobre o lucro tenha sido inferior às alíquotas vigentes aqui no país."

A assessoria da Anglo American afirmou que não iria responder diretamente e que endossaria a resposta do Ibram. A CSN Mineração não respondeu.

Fonte: Uol

Data: 17/05/2022



Justiça dá cinco dias para ANM se manifestar sobre voto favorável a mineração na Serra do Curral

A Justiça Federal determinou que a Agência Nacional de Mineração (ANM) se manifeste, em cinco dias, sobre o voto favorável ao empreendimento da Taquaril Mineração S.A (Tamisa) na Serra do Curral.

A decisão, da juíza federal substituta da 22ª Vara, Fernanda Martinez Silva Schorr, atende a um pedido do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

Segundo os órgãos, o voto favorável do representante da ANM ao complexo da Tamisa viola uma decisão judicial de 2018, que determinou que a agência indeferisse requerimentos de novos direitos minerários nas áreas inseridas nos perímetros dos tombamentos municipal, estadual e federal da Serra do Curral.

"[Considerando o teor da decisão que determinou] que a ANM indefira todos os requerimentos de novos direitos minerários (requerimentos de autorização de pesquisa, registro de licenciamento, de permissão de lavra garimpeira e de registro de extração) [...], defiro o pedido dos autores", diz um trecho da nova decisão, assinada nesta segunda-feira (16).

A juíza determina que a ANM seja intimada com urgência para que apresente "uma resposta completa e objetiva".

O g1 Minas questionou a ANM sobre a decisão da Justiça. Em nota, a agência afirmou que "pauta as suas ações nos princípios basilares da Constituição Federal e dos demais dispositivos legais".

"A Agência Nacional de Mineração é uma agência reguladora que outorga e fiscaliza o direito minerário. Cabe-nos tratar da viabilidade técnica e econômica para a implementação do empreendimento mineral. Para outorga de títulos de lavra, faz-se necessária a apresentação do respectivo licenciamento ambiental emitido pelo órgão competente. No caso em questão, a ANM acompanhou o entendimento majoritário do órgão ambiental estadual", disse.

Outra ação

O Ministério Público de Minas Gerais entrou, no início deste mês, com uma ação civil pública na Justiça para pedir a suspensão de licenças para empreendimento de mineração na Serra do Curral.

A ação, ajuizada contra a Taquaril Mineração S.A, o Estado de Minas Gerais e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha), solicita a "imediata suspensão e a posterior declaração de nulidade das licenças ambientais" concedidas ao empreendimento minerário.

O projeto

O licenciamento para o complexo minerário foi aprovado na madrugada do dia 30 de abril, após mais de 18 horas de reunião. Oito conselheiros votaram a favor do empreendimento, e quatro votaram contra. Todos os representantes do governo estadual se posicionaram pela aprovação do projeto.

O projeto está localizado em Nova Lima, nas proximidades do limite com Belo Horizonte e Sabará.

O empreendimento será dividido em duas fases, que serão implantadas e operadas ao longo de 13 anos. O projeto prevê que serão lavrados e beneficiados aproximadamente 31 milhões de toneladas de minério de ferro, resultando em 24 milhões de toneladas de produtos.

Para a instalação do complexo, na primeira fase, será necessário devastar 41,27 hectares de vegetação nativa de Mata Atlântica, dos quais quase seis estão em áreas de preservação permanente.

A área total do empreendimento – Área Diretamente Afetada – é de 101,24 hectares.

Fonte: G1

Data: 17/05/2022

Na bauxita, o foco de expansão será Juruti

Em decisão recente, que consumou a venda de sua participação de 18,2% no consórcio Mineração Rio do Norte (MRN) para a australiana South32, a multinacional Alcoa definiu sua estratégia na atividade de mineração de bauxita no país. O mineral é a essência para se fazer alumínio - metal leve com multi aplicações. De uma folha de embalagem a janelas e motores de carros, até estruturas de um avião.

“Temos autossuficiência na nossa mina de Juruti e a MRN terá de passar por uma fase de investimentos. A Alcoa decidiu concentrar investimentos na sua mina”, afirmou Otávio Carvalheira, presidente da subsidiária brasileira, sem apontar novos projetos. A MRN, que fica no norte do Pará, em Oriximiná, tem outros sócios (Vale, Rio Tinto, Hydro e CBA) e tem produzido na faixa de 12 milhões de toneladas por ano.

Já a mina da Alcoa, apta a fazer 7,5 milhões de toneladas anuais (6,5 milhões em base seca), está situada no município de Juruti, oeste do Pará, quase na divisa com o Estado do Amazonas. Está integrada à sua ferrovia de 55 km e a um terminal portuário próprio apto a receber navios tipo Panamax e Kamsarmax (porte bruto entre 72 mil e 85 mil toneladas). A mina, criada em 2006, teve início de operações em 2009. Detém uma reserva potencial de bauxita de 700 milhões de toneladas, em região da floresta Amazônica. A extração está prevista a migrar para outro platô, recompondo toda a área do anterior.

Grande parte do minério de Juruti - em torno de 5,7 milhões de toneladas úmidas -, a Alcoa leva para a refinaria de alumina na Alumar, para atender sua fatia de 54% no consórcio. O restante é dividido em 36% da South32 e 10% da Rio Tinto. A refinaria da Alumar tem capacidade total de 3,85 milhões de toneladas ao ano.

Com a fundição de alumínio paralisada, toda produção de alumina era destinada à exportação. A partir de 2023, cerca de 520 mil toneladas por ano, disse Carvalheira, voltarão a ser usadas como matéria-prima para fazer seu take de metal na Alumar, agregando valor à matéria-prima.

Fonte: Valor Econômico

Data: 16/05/2022

Samarco é autorizada a ampliar mineração em Mariana

O governo de Minas Gerais autorizou a mineradora Samarco a ampliar atividade do Complexo Minerário Germano nas cidades de Mariana e Ouro Preto. No local, funcionava a barragem do Fundão, que se rompeu e matou 19 pessoas em 2015.

Em março, o Copam (Conselho Estadual de Política Ambiental) autorizou a empresa a atuar em 35 hectares de vegetação nativa na mata atlântica, desse total, 11 estão em Área de Preservação Permanente (APP).

O Complexo Minerário Germano é composto por unidades integradas que desenvolvem atividades de beneficiamento mineral, lavra e transporte de minério de ferro até o Espírito Santo. A região possui duas minas: Alegria do Sul e Alegria do Norte. A área autorizada pelo Copam está entre a bacia sub-bacias dos rios Piranga e Piracicaba, que fazem parte da bacia do Rio Doce. O Copam diz que a liberação se faz necessária para manter a continuidade e potencializar o aproveitamento de minério da lavra de Alegria do Sul e na lavra da mina de Alegria do Norte.

Ao Poder360, a Samarco informou que “o pedido foi feito para atender o atual momento da empresa, que opera com 26% de sua capacidade produtiva, e não para a retomada total das atividades”. Segundo a mineradora, “as compensações florestais pela supressão estão sendo devidamente realizadas, conforme a legislação, com a preservação de 128 hectares, que representa mais de três vezes a área suprimida”.

A Samarco ressaltou ainda que a medida trata-se de uma ampliação e não uma nova licença. A empresa retomou suas operações em dezembro de 2020 e planeja aumentar a capacidade em 100% até 2029, conforme planejamento prévio.

O Poder360 também entrou em contato com a secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais. Em nota, o órgão afirmou que a revalidação da Licença de Operação Corretiva (LOC) para que a Samarco retomasse as atividades no Complexo Minerário Germano foi aprovado em 2019 pelo Copam. Na época, o Ibama negou a anuência prévia necessário para utilização da Mata Atlântica. Em julho de 2021, a empresa solicitou novamente um novo processo de anuência apresentando solução para as considerações apresentadas pelo órgão federal.

“Para que a supressão de vegetação de 35,6856 hectares possa ser realizada, o empreendedor precisa fazer as compensações devidas, já previstas na legislação ambiental: compensação por supressão de mata atlântica, em área duas vezes maior que a suprimida; compensação de APP, em área igual à intervinda em app; compensação de espécies ameaçadas, com plantio de 5 a 25 indivíduos de espécies arbóreas para cada indivíduo suprimido, e; compensação minerária, em área igual à suprimida. Além disso, a Samarco possuía um acordo com o IEF desde 2011, que a obrigava a averbar Reserva Legal em dobro, em área adjacente ao Parque do Itacolomi, que foi avaliado e realizado neste adendo, gerando uma proteção legal em mais 2.145 hectares”, diz trecho da nota.

Fonte: Poder 360

Data: 16/05/2022

Descoberta na Bahia rocha mais antiga da América do Sul

Um grupo de pesquisadores brasileiros descobriu, no município baiano de Piritiba, na região da Chapada Diamantina, as rochas mais antigas na América do Sul, com 3,65 bilhões de anos (do período Eoarqueano), a primeira era da escala geológica a abrigar uma crosta sólida no ambiente terrestre, que abrange o período entre 4 bilhões e 3,6 bilhões de anos atrás. “Encontrar amostras geológicas tão antigas em uma região tropical como a nossa é quase um milagre”, diz o geólogo Elson Paiva de Oliveira, do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (IG-Unicamp), coautor do estudo publicado na revista *Geoscience Frontiers*, em fevereiro.

A descoberta não é a primeira na Chapada Diamantina, já que, em 2020, um estudo liderado por Oliveira e publicado na revista científica *Terra Nova* constatou rochas com 3,64 bilhões de anos, 10 milhões de anos mais novas do que as descritas agora. A primeira descoberta aconteceu também nos arredores de Piritiba, no chamado cráton São Francisco. “Resolvemos fazer uma busca de norte a sul na região e encontramos rochas ainda mais antigas e uma série de outras que contam a história de como se formou nosso continente”, explica o geólogo Igor Moreira, orientando de doutorado de Oliveira e autor principal do artigo deste ano. Além do material do Eoarqueano, o novo trabalho descreve amostras geológicas de duas outras eras: do Paleoarqueano, entre 3,6 bilhões e 3,2 bilhões de anos atrás, quando os continentes começaram a se formar; e do Neoarqueano, que vai de 2,8 bilhões a 2,5 bilhões de anos atrás, período em que as primeiras bactérias começaram a evoluir.

O trecho de ocorrência dessas rochas antigas engloba um segmento de cerca de 400 km a leste da Chapada Diamantina, entre os municípios baianos de Juazeiro e Ruy Barbosa – região denominada de Complexo Mairi pelos geólogos, e que faz parte do trecho nordeste do cráton São Francisco. Este é um dos terrenos com evolução mais antiga da Terra, com exposições rochosas na superfície muito bem preservadas. “As rochas metamórficas atravessaram muitos processos geológicos. Por isso, as rochas mais antigas da superfície apresentam essa característica”, explica a geóloga Natali Barbosa, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que não participou do estudo com as amostras de Piritiba. “Os gnaisses são geralmente formados na base de cadeias de montanhas e estão na fronteira entre a crosta superior e inferior da Terra, a profundidade aproximada de 20 km.

Para apontar a idade das novas amostras de Piritiba foi preciso fazer a datação de cristais do mineral zircão presentes na região. A partir da taxa de decaimento radioativo de formas leves e pesadas do átomo de urânio encontrado no zircão, os pesquisadores determinam a idade de uma amostra geológica. No Laboratório de Geocronologia (Lagis) do IG-Unicamp, foi usada a técnica de ablação a laser, que consiste na perfuração de grãos de zircão por um feixe desse tipo de luz. “Dessa forma, estabelecemos a idade de 3,65 bilhões de anos para as amostras”, conta Oliveira.

O estudo de rochas tão ou mais antigas do que as de Piritiba é importante para entender com mais precisão o que ocorreu nos primórdios da Terra e, a partir dessa compreensão, tentar projetar o futuro do planeta.

Para Oliveira, as amostras geológicas mais antigas da região da Chapada Diamantina, além de sua relevância científica, também devem ser vistas como um patrimônio natural e cultural da região. “Não foi um processo simples convencer a prefeitura de Piritiba da importância das rochas”, conta o geólogo da Unicamp. “Em setembro, o município completa 70 anos de emancipação política e a existência dessa raridade geológica na região vai ser destacada. Áreas de interesse geológico atraem turismo e têm potencial de melhorar a educação local”.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 13/05/2022



Novo presidente do Ibram defende mineração com sustentabilidade e práticas ESG na produção brasileira

Raul Jungmann, o novo presidente do Ibram, afirmou que a mineração brasileira será expandida com foco na sustentabilidade e na adoção de práticas ESG durante a produção, como forma de garantir um crescimento ainda mais responsável no Brasil

Durante a reunião de posse do novo presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), realizada na última quarta-feira, (11/05), o atual gestor Raul Jungmann comentou sobre seus planos para o futuro da mineração no país. Dessa forma, ele afirmou que o Brasil expandirá a mineração com foco na sustentabilidade e, além disso, o Ibram atuará fortemente na busca pela adoção de práticas ESG dentro da produção em todo o território nacional durante a sua gestão na presidência do órgão.

Esta semana foi marcada pela solenidade de posse de Raul Jungmann na presidência do Ibram e, com isso, novas perspectivas para o futuro do setor no Brasil. O executivo utilizou o seu momento de posse para defender o seu principal ideal durante a sua gestão na presidência do órgão, a sustentabilidade na mineração. Assim, ele afirmou que a sua gestão será marcada pelos incentivos às práticas ESG dentro da produção mineral no Brasil que o Ibram fará o necessário para investir nessa iniciativa.

Além disso, em meio ao momento de instabilidade no agronegócio no Norte do Brasil, Jungmann também ressaltou o seu repúdio ao garimpo legal e afirmou que atuará no combate às ilegalidades dentro desse ramo. Ademais, Raul ressaltou a importância da gestão continuar a parceria com a Agência Nacional de Mineração para investir na fiscalização, adoção de medidas e novos projetos voltados para a sustentabilidade dentro da mineração brasileira, como forma de expandir as práticas ESG no setor.

O executivo finalizou seu discurso afirmando que “O papel da mineração não é só estratégico, não é só de utilidade pública. Ela tem papel importante para o desenvolvimento do país, de gerar emprego, renda, de contribuir para promover a justiça, a sustentabilidade e o respeito ao meio ambiente. Ao falarmos em ESG, estamos tratando de ações muito concretas. Usar menos água, usar recursos renováveis para gerar energia, respeito a comunidade, preservação da floresta e demais compromissos com o meio ambiente. Isso será o rumo da nossa gestão. E sempre junto ao Conselho Diretor, que pensa como nós e nos apoia”.

Além da chegada do executivo Raul Jungmann na posse da presidência do Ibram, a reunião marcou também a posse do CEO da Anglo American no Brasil, Wilfred Bruijn, na presidência do Conselho Diretor do Ibram, e do diretor-presidente da Lundin Mining Corporation, Ediney Maia Drummond, no cargo de vice-presidente. Além disso, a reunião contou com homenagens à gestão anterior e abriu espaço para uma série de discussões em torno da mineração com sustentabilidade.

Assim, o presidente e o vice-presidente do Ibram destacaram juntos o intuito de investir ainda mais nas práticas ESG e na sustentabilidade dentro da produção para expandir a mineração brasileira. Ediney ainda ressaltou os cerca de 2 milhões de empregos diretos e indiretos e os R\$ 117 bilhões em tributos que o setor trouxe ao país em contribuição e afirmou que esses números crescerão ainda mais durante a nova gestão.

Por fim, também estiveram presentes na solenidade os Ministros do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso; o Presidente da Câmara em exercício, deputado federal Marcelo Ramos (PSD-AM); o Ministro do Tribunal de Contas da União, ex-senador Antonio Anastasia e o senador Jean Paul Prattes.

Fonte: Click, Petróleo e Gás

Data: 17/05/2022



Mineradora RMB firma acordo com associação de moradores da Vila Alto Bonito, no Pará

A mineradora RMB firmou um acordo de cooperação com a Associação de Moradores da Vila Alto Bonito (ASMAVAB) no último sábado (13).

O acordo formaliza o interesse no desenvolvimento de projetos e ações de melhoria da qualidade de vida da comunidade, localizada na zona rural do município de Curionópolis (PA).

A comunidade da Vila Alto Bonito fica no entorno da planta de beneficiamento da RMB, que planeja verticalizar a produção de manganês no Pará. Atualmente, o processo está na fase de licenciamento ambiental por parte da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado (Semas).

O acordo prevê que seja construída uma sede para a associação em parceria com a RMB. Além disso, serão promovidos cursos de capacitação para jovens e adultos. O objetivo é fomentar a mão de obra local. A empresa também deverá disponibilizar uma ambulância para atender os habitantes da vila.

Conforme destacou o diretor Jurídico e de Meio Ambiente da RMB, Fernando Rodrigues, o diálogo com a prefeitura de Curionópolis é de suma importância nesse processo para que a empresa implemente ações de responsabilidade social

“Nossos objetivos são mútuos e precisamos caminhar juntos, ouvindo os anseios da comunidade. Iniciamos um diálogo com transparência, mostrando à comunidade que podemos contribuir, pois queremos deixar um legado para ela. Temos um compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade social”, afirmou Rodrigues.

Ainda durante a assinatura do acordo, o diretor disse à comunidade que a empresa vem trabalhando para promover algumas melhorias como, por exemplo, a manutenção da estrada vicinal e a construção de uma ponte de ferro para substituir a ponte de madeira.

Ele disse ainda que o acordo é o primeiro passo para o desenvolvimento de outras ações incluindo a construção de um posto de saúde para atendimento básico, reforma da escola local, atividades culturais, entre outras.

A presidente da ASMAVAB, Gecilda Andrade, afirmou na ocasião que o acordo é histórico para a comunidade:

“Hoje é um dia histórico para nossa comunidade. Lutamos muito durante vários anos para criar uma associação que pudesse mobilizar os moradores e discutir soluções para nossos problemas; e, com o apoio da RMB, realizamos um sonho. A empresa nos ajudou em todo processo. Agora, nossa associação tem registro em cartório e toda a documentação necessária para trabalhar em busca de melhorias para nossa comunidade. A sede que será doada pela RMB será um ponto de encontro dos moradores, onde vamos fazer nossas reuniões e promover diversas atividades.”

Fonte: Minera Brasil

Data: 17/05/2022



Brasil deve ampliar a compra de fertilizantes da Jordânia

Atual chefe da Agricultura, o mineiro Marcos Montes fechou acordo com a Jordânia para ampliar o fornecimento de fertilizantes ao Brasil. A ideia é reduzir a dependência do mercado russo.

Numa visita recente ao país, o ministro conheceu as instalações de um grande fabricante do país e saiu da agenda com o compromisso de que os jordanianos passem a fornecer ao Brasil até 1,2 milhão de toneladas de potássio em cinco anos.

A Jordânia é o 7º maior produtor mundial de potássio. Atualmente, o Brasil é o quarto consumidor e, em 2021, as importações brasileiras de fertilizantes foram superiores a 41 milhões de toneladas, o que equivale a mais de 14 bilhões de dólares.

Fonte: Brasil Mining Site

Data: 14/05/2022

The logo for BRASIL 61, featuring three vertical bars of varying heights to the left of the text "BRASIL 61" in a bold, sans-serif font.

ALUMÍNIO: Consumo de produtos cresce 10,9% em 2021, revela Abal

Segundo dados da Associação Brasileira de Alumínio (Abal), o consumo de produtos de alumínio no Brasil somou 1.583,9 mil toneladas em 2021, um aumento de 10,9% sobre 2020 e o maior volume registrado desde o início da apuração, em 1972. Do total, 88% dos produtos de alumínio ou 1.393,4 mil toneladas foram produzidos no Brasil em 2021, crescimento de 10,6% em relação ao ano anterior. As importações acompanharam a alta, com crescimento de 12,7% ante o ano de 2020.

“O resultado histórico, que ultrapassa inclusive os patamares pré-pandemia, demonstra a resiliência do setor do alumínio nacional, que segue investindo no crescimento de forma sólida e sustentável mesmo em cenários desafiadores”, diz Janaina Donas, presidente-executiva da ABAL.

Com exceção do segmento de cabos e de pó de alumínio, únicos a registrarem queda no consumo em 2021, todos os demais produtos de alumínio apresentaram desempenho positivo quando comparados a 2020. O destaque ficou para o volume recorde de consumo de chapas de 800,6 mil toneladas (+16,2%). O crescimento reflete o vigor do segmento de embalagens, que respondeu por mais de 40% do volume de produtos de alumínio consumidos.

A projeção da ABAL continua sendo positiva para o consumo interno de produtos de alumínio: crescimento de 4,9% em relação a 2021, totalizando 1.662 mil toneladas, o que seria um novo recorde para o setor. “A indústria brasileira de alumínio está preparada para responder ao aumento da demanda e seguirá investindo para ampliar a sua capacidade de produção. O setor prevê, até 2025, um aporte aproximado de R\$ 30 bilhões para a construção de novas plantas industriais e modernização das já existentes; diversificação da matriz energética e aumento da autogeração de energia, dentre outras ações”, conclui Janaina Donas.

O consumo interno de produtos transformados de alumínio por segmento em 2021: os Laminados somaram 889,1 mil toneladas, com crescimento de 14,9% em relação a 2020 (773,5 mil toneladas), seguidos pelos Extrudados, 245,8 mil toneladas, com crescimento de 17,2% em relação a 2020 (209,7 mil toneladas); Cabos, com 180,8 mil toneladas, com queda de 15,1% em relação a 2020 (212,9 mil toneladas); Fundidos, com 157,8 mil toneladas, com crescimento de 16,7% em relação a 2020 (135,2 mil toneladas); Pó, um total de 25,6 mil toneladas, com queda de 5,2% em relação a 2020 (27 mil toneladas); Destrutivos, um volume total de 42,9 mil toneladas, com crescimento de 16,3% em relação a 2020 (36,9 mil toneladas); e outros, com 41,9 mil toneladas, crescimento de 25,1% em relação a 2020 (33,5 mil toneladas).

Fonte: Brasil 61

Data: 12/05/2022

CSN vai ampliar capacidade da planta

Na mesma data (29 de abril) em que liberou a instalação da Tamisa na Serra do Curral, a Câmara da Atividade Minerária do Conselho de Política Ambiental (Copam) de Minas Gerais aprovou também um aumento de 50% da capacidade de produção da planta da mina Mina Casa de Pedra, da CSN Mineração, localizada em Congonhas, região Central de Minas Gerais.

Com a decisão, a CSN poderá produzir cinco milhões de toneladas a mais por ano no beneficiamento de minério. Atualmente, a companhia produz 10 milhões de toneladas anuais.

De acordo com o parecer emitido pela Superintendência de Projetos Prioritários (Suppri), a planta de beneficiamento vai ser “essencial para melhor aproveitamento do minério lavrado e diminuir a geração de rejeitos, eliminando a necessidade de novas áreas de estocagem. A mesma irá ampliar a capacidade de produção da Mina Casa de Pedra e liberará grande volume de minério rico em ferro que se encontra abaixo dos Itabiritos pobres, garantindo a contínua capacidade de produção da planta central existente”.

A CSN afirma que a Área Diretamente Afetada (ADA) será menor com a ampliação “e sem necessidade de aumentar o consumo de água nova no processo de beneficiamento”, além de não ter “necessidade de novas supressões ou incremento de áreas não licenciadas e não acarretará aumento significativo dos impactos ambientais já diagnosticados na licença vigente”. Os rejeitos serão filtrados e empilhados, já que a companhia não utiliza mais barragens.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 16/05/2022



ArcelorMittal é a nova mantenedora do Museu do Amanhã no Rio

A produtora de aço ArcelorMittal comunicou nesta semana que é a nova mantenedora do Museu do Amanhã, localizado na Praça Mauá, no Centro do Rio de Janeiro.

O patrocínio cultural do museu de ciências e inovação terá, inicialmente, a duração de dois anos e já está em validade.

“A parceria com o Museu vem ao encontro daquilo que a ArcelorMittal acredita e pratica, não apenas na maneira como desenvolve produtos e soluções inovadores e sustentáveis, mas ao assumir compromissos e investir em iniciativas que respondam aos desafios, oportunidades e necessidades das pessoas e do planeta. Desde a neutralização das emissões de gás carbônico em sua cadeia produtiva até o fomento de projetos”, destaca Paula Harraca, diretora de Estratégia, ESG, Inovação e Transformação do Negócio e Presidente da Fundação ArcelorMittal.

O patrocínio foi realizado por meio da Fundação ArcelorMittal e contou com recursos da Lei Federal de Incentivo à cultura. O acordo contempla, além da manutenção do espaço, a realização do Festival Antropoceno e do Rolê STEAM, que estreia no próximo dia 26 de março.

O Rolê STEAM é um encontro quinzenal promovido pelo Museu do Amanhã e voltado para o público de adolescentes e jovens. O objetivo é promover o engajamento do público em temas que atravessam a realidade, tendo como referencial o conceito STEAM (ciência, tecnologia, engenharias, arte e matemática, na sigla em inglês). Os interessados podem realizar a inscrição de grupos de 20 a 40 pessoas através do e-mail visitas@idg.org.br.

De acordo com a ArcelorMittal, a ação integra a Liga STEAM, nova estratégia da Fundação ArcelorMittal para a área de Educação.

“A estratégia está em sintonia com os outcomes 8 e 9 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável do Grupo ArcelorMittal - que tem como premissa desempenhar um papel ativo e manter boas relações com as comunidades em que atuamos, além de atrair e desenvolver novos cientistas e engenheiros”, concluiu a empresa.

Fonte: Minera Brasil

Data: 17/05/2022

MINING TECHNOLOGY

Equinox Gold temporarily halts operations at Brazilian mine

Canada-based Equinox Gold has temporarily suspended operations at the RDM mine in Brazil due to delays in regulatory approvals for the tailings storage facility (TSF) raise.

The firm said that the RDM operations will be suspended until this matter is addressed.

The company filed for a permit for the TSF raise last year but has not yet received approval.

Equinox said it is in discussions with regulatory authorities over the permit and the TSF raise contractor is ready to start work.

The Canadian company plans to restart full operations at the mine as soon as two months from the receipt of regulatory approval, which is expected during the second quarter of 2022.

The RDM TSF was raised on an intermittent basis to store tailings, which are produced from ongoing operations.

In 2017, the firm filed a design amendment with Supram (the State Environmental Agency – Minas Gerais), to alter from a centreline to a downstream design. Since 2018 each raise has been completed using a downstream design.

The company secured permits to raise the mine's TSF using a downstream design in 2019 and 2020.

Equinox stated that in 2020, it had sought a raise method formalisation as an addition to the licence to operate, thereby confirming the change to a downstream design.

In early 2021, it received the permit from SUPRAM to raise the TSF to its present level.

Last year, the company applied for permits for the next TSF raise. The firm is due to receive this permit.

Located 560km north of Belo Horizonte, Brazil, the RDM mine covers an area of around 22,600ha. It started production in early 2014.

The RDM mine is estimated to have an average life of mine production of 98,000oz/y of gold over the nine-year mine life.

Fonte: Mining Technology

Data: 17/05/2022



Electric vehicles surpass phones as top driver of cobalt demand

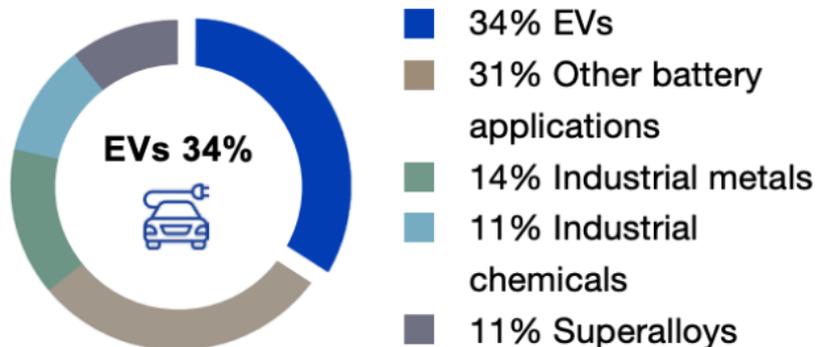
Electric vehicles (EVs) overtook smartphones and other high-tech devices for the first time last year as the main driver of cobalt demand, with the sector consuming 59,000 tonnes of the battery metal, or 34% of the total globally.

According to a report published on Tuesday by the Cobalt Institute, cellphones manufacturers consumed 26,000 tonnes of the metal used in lithium-ion batteries, while laptops and tablets accounted for 16,000 tonnes of the total demand, which reached 175,000 tonnes.

The figure contrasts with the 160,000 tonnes of cobalt mined last year, highlighting one of the biggest issues the car industry faces as it goes electric — lack of battery metals.

Not surprisingly, prices for cobalt, nickel, lithium and copper have skyrocketed. Cobalt has nearly tripled in price since the start of 2021. Nickel turned so wild in March the London Metal Exchange (LME) had to suspend trading.

EVs were the largest end use sector in 2021



Source: [Cobalt Institute](#).

Battery-makers have responded by using more lithium-iron-phosphate chemistry, which doesn't use either cobalt or nickel, but that tightens up the lithium market itself with spot prices doubling since the start of the year.

Benchmark Mineral Intelligence estimates the global lithium industry needs as much as \$42 billion of investment by the end of the decade in order to meet demand

MINING.COM's EV Metal Index, which tracks the value of battery metals in newly registered passenger EVs (including full battery, plug-in and conventional hybrids) around the world, totalled \$1.5 billion in December, an increase of 192% over the same month of 2020.

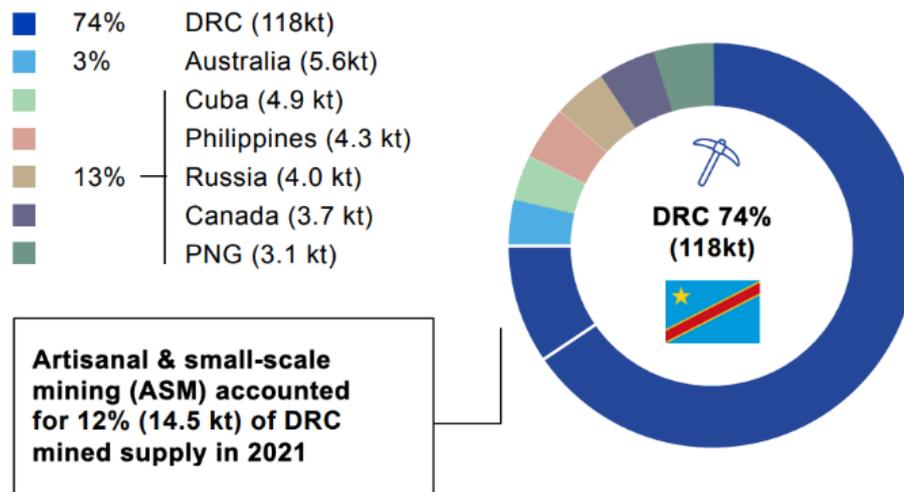
"Securing access to raw materials is crucial if the world is to achieve the sustainable and just transition to a greener future," David Brocas, head Cobalt Trader at Glencore and chairman of the Cobalt Institute's executive committee, said. "Cobalt's role in batteries and recycling makes it one of the critical materials of a climate-neutral future."

Production in hands of very few

The metal, a by-product of copper and nickel mining, makes up only 0.001% of the earth's crust. Its appeal to EV makers comes from the fact that it provides batteries with energy density that increases the range of their vehicles and boosts their life.

Supply comes mainly from the Democratic Republic of Congo, where production is dominated by miner and commodities trader Glencore (LON: GLEN) as well as Chinese companies.

Mined supply remains dominated by the DRC



Source: [Cobalt Institute](#).

The institute expects cobalt demand to keep growing to about 320,000 tonnes annually over the next five years, almost double the total consumed in 2021, with EVs driving 70% of this growth.

It also sees supply picking up this year and next, leading to a more balanced market. From 2024, cobalt availability will wind down again, growing 8% a year, compared to more than 12% of demand growth, which will lead to significant deficits.

Some manufacturers, such as Tesla (NASDAQ: TSLA) and Volkswagen have even announced intentions of becoming “actively involved in raw materials business”.

Fonte: [Mining.com](#)

Data: 17/05/2022

THE NORTHERN MINER
GLOBAL MINING NEWS · SINCE 1915

Critical Elements produces battery grade lithium hydroxide in Rose project pilot

Critical Elements Lithium (TSXV: CRE; US-OTC: CRECF) has converted spodumene concentrate from its Rose project in northern Quebec into battery grade lithium hydroxide using a thermal leaching process in a pilot program, the company said.

The company had announced similar results in October 2018 when a pilot program demonstrated extraction rates of 93%, surpassing the world average of 70-75%. This time, the program, conducted at the Metso Outotec’s Research Center in Finland, produced extraction and conversion rates of 92%, the Quebec-based company said.

“The goal was to reconfirm the extraction and improve the impurity profile of the material. That’s what we achieved,” the company CEO, Jean-Sébastien Lavallée, told The Northern Miner. “We also wanted to get more data for the final selection of equipment.”

Located on the territory of Eeyou Istchee James Bay, about 40 km north of the Cree village of Nemaska, the Rose lithium-tantalum property covers 700 sq. km. The project has probable reserves of 26.8 million tonnes grading 0.85% lithium oxide.

Based on a feasibility study in 2017, the project could produce an average of 186,327 tonnes of chemical grade lithium concentrate, 50,205 tonnes of technical grade lithium and 429 tonnes of tantalum annually over a mine life of 17 years. The study pegged capital costs at \$341.2 million.

The internal rate of return for the project was estimated at 34.9% after taxes, with a net present value of \$726 million at an 8% discount rate. The study used a price assumption of US\$1,500 per tonne technical grade lithium concentrate, US\$750 per tonne chemical grade lithium concentrate, and US\$130 per kg tantalum pentoxide.

Construction is expected to begin in spring 2023, Lavallee said, and the mine is likely to take about 15 months to be built.

The world's push to meet its net-zero goals by 2050 has led to an increase in demand for lithium in recent years. According to a recent Benchmark analysis, the lithium industry needs US\$7 billion of investment each year from now until 2028 to meet the 2030 lithium demand.

"These requirements come as Europe and North America look to reduce their reliance on foreign supply and improve sustainability by developing local lithium production," Benchmark said in a report published on May 13.

Lavalle believes that the Rose project with its "low impurity concentrate" and low reliance on carbon, can help tackle the supply gap. "There is a big [shortage] in the market now... this project will be very important, especially for the North American and European markets," he said.

In mid-May, the project's rehabilitation and restoration plan, which is a prerequisite to the granting of the mining lease, was approved the company said.

In August 2021, the project received a favourable decision on the environmental assessment. The minister of environment and climate change confirmed that the Rose was not likely to cause significant adverse environmental effects when mitigation measures are taken into account.

The final remaining step is the completion of the provincial permitting process, which runs parallel to the federal process.

At mid-day in Toronto, shares of Critical Elements Lithium were trading at \$1.42, up 13¢ or 10%, within a 52-week trading range of \$1.13 to \$1.98. The company has 205.1 million common shares outstanding.

Fonte: The Northern Miner

Data: 17/05/2022

Peru mining protests risk clogging \$53 billion investment pipeline

Peru, the world's second-largest copper producer, risks losing out on billions of dollars of mining investment if the government fails to defuse protests that are hitting the industry and denting production, analysts and executives said.

Social conflicts have risen in the Andean nation over the past year since socialist President Pedro Castillo came into office, with a spate of protests against mines, including one that has halted production at the huge Las Bambas copper deposit.

With global prices soaring on high demand, that now threatens a mining investment pipeline of some \$53 billion and could stall future projects expected by investment bank RBC to make up 12% of the world's copper supply in years to come.

"Without any world-class projects on the horizon, the prospects for sustaining production are not good," said Gonzalo Tamayo, analyst at Macroconsult and a former Peruvian mines and energy minister.

Mining executives and analyst met last week in Peru's capital Lima, where the main concern was falling investment tied to rising social protests. A central bank report shows investment dipping some 1% this year and 15% in 2023.

The conflicts, mainly in poor Andean areas where communities feel bypassed by the huge mineral wealth beneath their soils, have started to bite, with protesters emboldened under Castillo who won election pledging to redistribute mining wealth.

Southern Copper's Cuajone mine was paralyzed for almost two months earlier this year.

Las Bambas, owned by China's MMG Ltd, suspended operations in April after an invasion of the mine by communities demanding what they called ancestral lands. The mine, which produces 2% of the world's copper output, remains offline.

Las Bambas had received government approval in March to expand the mine, a plan which is now under threat.

Álvaro Ossio, vice president of commercial and finance for Las Bambas, said in a presentation at the Lima event, that the country faces a big task to benefit from high global prices.

"The great challenge that remains for all Peruvians is to take advantage of this great opportunity in these future trends," he said.

Peru's last big mining investments were in Anglo American's Quellaveco and Minsur's Mina Justa of a combined \$6.6 billion. Their operations starting this year will help Peru hit annual output of 3 million tonnes of copper by 2025, experts say.

However, other major projects like Southern Copper's Tia María, Michiquillay and Los Chancas worth some \$6.7 billion, Buenaventura's near billion dollar Trapiche and Rio Tinto's \$5 billion La Granja remain up in the air.

Not all was downbeat, however.

The world's largest gold miner, Newmont Mining, said at the event that it was considering expanding into copper production in Peru, with a potential future return to the canceled Conga project.

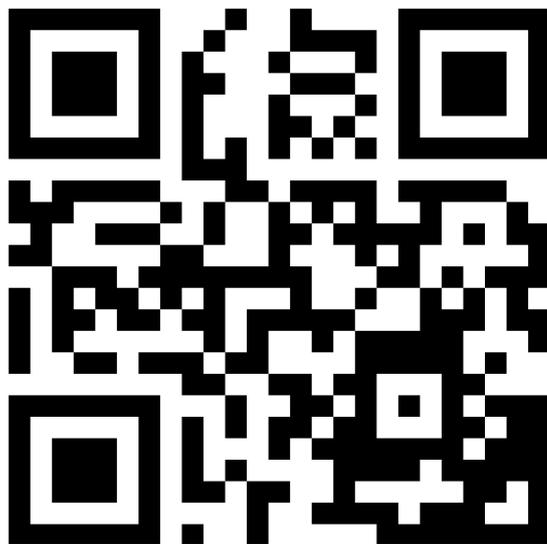
Analyst Tamayo, though, stressed recent protests against mining had become harder to resolve.

"Now there are protests that stop mines in full operation," he said. "The mining firms feel that the State does not support them and that the State has ceased to be the arbiter in conflicts."

Fonte: Mining.com

Data: 17/05/2022

Nossos Contatos



contato@adimb.org.br



(61) 3326-0759



//company/agencia-para-o-desenv-do-setor-mineral-brasileiro/



adimb_oficial

Sede

Centro Empresarial Liberty
Mall Torre A, Sala 505
SCN Q.02 Bloco D
CEP : 70712903
Brasília/DF



ADIMB
Agência para o Desenvolvimento e
Inovação do Setor Mineral Brasileiro